

#AASPIDEIAS

Eleições, fake news e #MPM

As eleições de 2018 ocorrem sob a bancarrota ética dos partidos políticos no Brasil e a crise de representação que afeta as democracias. Nesse cenário de descrédito e esgotamento, é provável que as fake news tenham papel-chave nas eleições.

As primeiras análises do fenômeno justificam o potencial de influência das fake news nas eleições brasileiras.

De um lado, apurou-se que a eleição de Trump e o Brexit foram muito influenciados por fake news (não se afirma que foram decisivas para os resultados, mas há consenso sobre a forte influência sobre os eleitores).

De outro, o Brasil é pródigo no uso da internet. O Orkut teve aqui o maior número de usuários no mundo. Não é muito diferente com Facebook ou Twitter: em geral, só os norte-americanos superam os brasileiros no volume de usuários.

Jonathan Albright, da Universidade de Columbia, constatou que há um ecossistema de propaganda em tempo real formado por uma rede de “novos” sites, em geral simples, parecidos e pouco relevantes em si. Essa rede de sites costuma ser acionada para propagar informações falsas, hipertendenciosas (hyper-biased) e politicamente carregadas. Para designar essa rede de empresas desconhecidas e pulverizadas que monitoram e utilizam as preferências políticas dos usuários, foi criado o termo #MPM (micro-propaganda machine).

A #MPM é pouco visível, do que decorrem dificuldades de regulação. Embora quase invisível, tem enorme capacidade para influenciar o público, decorrente dos “efeitos desinibitórios” da interação on-line, do crescente tribalismo, da formação de câmaras de eco ideológico e, especialmente, do componente emocional dos meios de compartilhamento (Albright). As ferramentas de compartilhamento baseadas em emoções 😊😢😡😱😭 potencializam as fake news e facilitam a conquista de audiências formatadas pelos algoritmos.

No Brasil, não há definição sobre como o problema será enfrentado. Foi noticiada a criação de grupo especial da Polícia Federal e tem se falado

na participação do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército. Possivelmente, será proposta a criminalização de condutas .

Soluções policiais e discursos bélicos dominam nossas políticas públicas, a despeito das conhecidas disfuncionalidades de medidas nessa direção. Pelo que se sabe sobre fake news e internet, essas medidas serão ineficazes e terão efeitos colaterais graves: diminuição da liberdade de expressão, censura, desvio de foco e aumento das possibilidades de políticos controlarem a internet conforme seus interesses eleitorais.

Esse enfrentamento exige rapidez, transparência e conhecimento, para não desviar o foco do problema para o resultado. Resultado: uma informação falsa publicada compartilhada no Twitter ou no YouTube. O problema: a fonte e os métodos de viralização daquele fake.

Para lidar com o problema, é essencial avançar na discussão sobre a lei de proteção de dados pessoais e fixar regras e limites éticos à coleta e tratamento de dados. Em seguida, criar uma autoridade federal independente com especialização técnica e jurídica e com função de garantia. Para as eleições, conforme propõe Ronaldo Lemos, criar um fórum multissetorial subordinado ao Tribunal Superior Eleitoral.

Essa estrutura - lei + autoridade de garantia - parece mais apta a equilibrar as necessidades de proteção dos dados pessoais (utilizados para disparar fake news) com as possibilidades de desenvolvimento social e econômico, inovação e liberdades de expressão, informação e crítica permitidas pela rede.

Leonardo Sica, ex-presidente da AASP

BOLETIM AASP no 3054

1a quinzena de fevereiro de 2018